

A ESPACIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ: UMA FORMA DE RESISTÊNCIA DO MST

EL CAMPO ESPACIAL DE LA EDUCACIÓN EN PARANA: UNA FORMA DE RESISTENCIA MST

SPATIALIZATION OF FIELD EDUCATION IN PARANA: A FORM OF RESISTANCE MST

Maria Aparecida Cecílio¹
Jeinni Kelly Pereira Puziol²
Irizelda Martins de Souza e Silva³

Resumo:

A contradição imanente ao modo de produção capitalista em suas condições de globalização evidencia que ainda é possível se opor à homogeneização econômica exploratória à qual a sociedade é submetida e ousar se pensar novas formas de organização sócio-espacial. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um profundo exemplo de resistência do *modus operandi* e do *modus vivendi* do capital. Tem atuado no Brasil desde a década de 1980 e expandido sua influência pela América Latina. Sua luta está vinculada ao Projeto de Reforma Agrária em um país, Brasil, cuja concentração de renda está em décimo lugar no *ranking* mundial. No entanto, seus embates estão além da Reforma Agrária, o MST busca uma agricultura popular ancorada nos princípios da Agroecologia, moradia e vida digna no campo, democratização da comunicação e da educação. Neste trabalho, objetiva-se discutir a educação pela qual luta o MST, a Educação do Campo. Essa modalidade educacional não representa apenas a busca pelo direito à educação, mas a construção daquela vinculada à realidade camponesa e à intencionalidade política do Movimento e, por isso, é denominada de Educação do Campo. Além dos acampamentos, formas de pressão e dos assentamentos, efetivação da luta, a escola é também parte compositiva da resistência do Movimento que evidencia o seu caráter formativo. Este trabalho abordará a espacialização da Educação do Campo, por meio de um mapeamento, especificamente no Paraná, onde se verifica a presença das seguintes modalidades educativas: ensino fundamental e médio, EJA, ensino técnico e superior. O referencial teórico-metodológico está pautado na relação dialética entre economia do capital e vida social.

Palavras-chave: Espaço Geográfico; Educação do Campo; MST.

Resumen:

La contradicción inherente al modo capitalista de producción en las condiciones de la globalización muestra que todavía es posible oponerse a la homogeneización de exploración de la sociedad económica que se presenta y se atreven a pensar en nuevas formas de organización socio-espacial. El Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) es un ejemplo profundo de la resistencia de los *modus operandi* y *modus vivendi* de la capital. Ha trabajado en Brasil desde la década de 1980 y expandió su influencia en toda América Latina. Su lucha está vinculada al Proyecto de la Reforma Agraria en un país, Brasil, donde la concentración del ingreso está en el décimo lugar en el *ranking* mundial. Sin embargo, sus luchas van más allá de la reforma agraria, el MST busca un pueblo agrícola basada en los principios de la agroecología, vivienda y vida digna en el campo, la democratización de la comunicación y la educación. En este trabajo, el objetivo es debatir sobre la educación en la que la lucha del MST, la Educación Rural. Este tipo de educación no es sólo la búsqueda del derecho a la educación, pero ligado a la construcción de la realidad campesina y la intencionalidad política del Movimiento y, por tanto, se llama el campo de la educación. Además de los campos, las formas de presión y los asentamientos, llevando a cabo la lucha, la escuela también es parte de la fuerza de la composición del movimiento que refleja su formación. Este documento abordará el campo espacial de Educación, a través de una asignación, específicamente en el Paraná, donde existe la presencia de los siguientes métodos educativos: educación primaria y secundaria, educación de adultos, técnica y superior. El marco teórico y metodológico se basa en la relación dialéctica entre el capital económico y social.

Palabras claves: espacio geográfico, Educación Rural, del MST.

¹ Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá

³ Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá

Abstract:

The contradiction inherent to the capitalist mode of production in their conditions of globalization shows that it is still possible to oppose the homogenization exploratory economic society which is submitted and dare to think about new forms of socio-spatial organization. The Movement of Landless Rural Workers (MST) is a profound example of resistance of the *modus operandi* and *modus vivendi* of the capital. He has worked in Brazil since the 1980s and expanded its influence throughout Latin America. Their struggle is linked to the Project for Agrarian Reform in a country, Brazil, where the concentration of income is in tenth place in world ranking. However, his struggles are beyond the agrarian reform, the MST seeks a popular agriculture anchored on the principles of agroecology, housing and decent life in the countryside, the democratization of communication and education. This type of education is not only the search for the right to education, but linked to the construction of the peasant reality and political intentionality of the Movement and, therefore, is called the Field Education. Besides the camps, forms of pressure and settlements, effecting the fight, the school is also part of the compositional strength of the movement that reflects its formative. This paper will address the spatialization of Field Education, through a mapping, specifically in the Paraná, where there is the presence of the following educational methods: primary and secondary education, adult education, technical and higher education. The theoretical and methodological framework is founded on the dialectical relationship between economic capital and social life.

Keywords: Geographical Space; Field Education; MST.

INTRODUÇÃO

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento de massa popular e político que luta por terra, trabalho, pão e profundas mudanças sociais. Gestado entre o final de Ditadura Militar e o início da Nova República, representa a vontade popular de resistir às várias formas de dominação e poder da classe burguesa. A luta articulada entre Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul culminou com a fundação oficial do MST em janeiro de 1984 durante o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel – Paraná. Em constante processo de lutas, manifestações e ocupações o MST tem efetivado conquistas e se expandido pelo território brasileiro e para além dele.

Na atualidade, depois de 27 anos de luta, mesmo sem ter vivenciado um efetivo processo de Reforma Agrária, o MST conta com 1,5 milhões de pessoas, assentadas e acampadas, localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal. Além da luta pela Reforma Agrária, o Movimento luta por novo projeto de campo pautado na agricultura popular, na construção de moradias de qualidade, na democratização da comunicação e da educação. A Educação do Campo é uma bandeira histórica de luta do MST que representa a preocupação do Movimento com a formação da população do campo. A Educação é fundamental para a interpretação das contradições inerentes a realidade mundial e do campesinato e base para ação transformadora dos sujeitos sociais.

Este trabalho objetiva evidenciar por meio de um mapeamento, como está espacializada a

Educação do Campo no Paraná. Busca-se demonstrar as proporções que tem atingido a luta do MST pela Educação ao longo dos seus 27 anos de luta. Os mapas visam comunicar espaços de resistência do MST que expressam a luta por uma formação pautada na vivência do Campo e na intencionalidade política do Movimento.

O referencial teórico-metodológico da pesquisa está pautado na compreensão dialética da realidade material-histórica do campesinato inserido na totalidade do capitalismo global. Os mapas que evidenciam a espacialização da Educação do Campo no Paraná são instrumentos de análise da realidade educacional do MST, que facilitam a visualização da resistência camponesa no território paranaense.

O poder, presente na dialética do mundo concreto, é exercido de incontáveis lugares. As relações econômicas, políticas e sociais representam intrinsecamente as relações de poder que dão vida ao modo de produção capitalista (RAFFESTIN, 1993). Essas relações, por sua vez, não ocorrem no vácuo, mas em determinada base material, o território. No território são espacializadas todas as exigências do capital em sua condição global. A interdependência dos lugares é a nova realidade da sociedade atual, e, portanto, faz-se necessário compreender como se apresentam as similaridades e diversidades na base territorial, neste caso o campo e a educação do campo.

Compreender o território é fundamental para o entendimento da espacialização da luta camponesa. O autor Milton Santos (2006) analisou amplamente o retorno da discussão do território e ressaltou a importância dessa categoria

diante da problemática global que se instalou com a sociedade transnacionalizada. A análise do território é dinâmica — ao contrário do que muitos teóricos afirmam, o território não é algo estático e apenas pano de fundo das relações e lutas sociais, na verdade ele representa toda a movimentação da História, desde as relações de submissão até as de resistência. De acordo com as análises de Santos (2006, p. 15):

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Ao considerar que o uso do território o faz objeto de análise social, verifica-se que o sentido da disputa está em sua essência, já que princípios como intencionalidade e conflitualidade fazem parte dos sujeitos que compõem as relações sociais e são responsáveis pelo desenvolvimento dos espaços sociais contidos no espaço geográfico, como, por exemplo, o campo. De acordo com as compreensões de Raffestin (1993, p. 59-60): "[...] o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos".

O campo é uma fração do espaço geográfico, e, portanto, um território com características singulares. Desde os primórdios, a agricultura desenvolvida no campo é atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas. O avanço da civilização proporcionou o desenvolvimento do campo e pode-se falar hoje de uma agricultura científica. Como ponderou Santos (2008, p. 88):

Os últimos séculos marcaram, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como

nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

No caso brasileiro, o rápido avanço do capitalismo no campo resultou em um processo de abandono da população camponesa que já não se encontra nas práticas utilizadas de desenvolvimento. A incorporação do agronegócio aumentou ainda mais a concentração fundiária e a utilização de maquinários, o que converge para o processo de expulsão da população para as cidades. O agronegócio representa um nome diferente para males iguais, pois perpetua o caráter explorador e concentrador dos grandes latifúndios. Como analisou Fernandes (2005, p. 2-3):

O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

As relações estabelecidas no campo diante do capitalismo globalizado perpetuam a dominação dos territórios por aqueles que detêm a maior parte do poder. A agricultura camponesa tenta a todo custo subsistir à realidade das redes do agronegócio que tendem a engolir as pequenas propriedades em seu caminho. Bruno (2008, p. 83), ao analisar o agronegócio e os novos modos de conflituosidades, afirma:

Vimos emergir, nas duas últimas décadas, um novo ciclo de conflituosidade no campo que agrega, de um lado, grandes proprietários de terra, empresários do agronegócio e seus porta-vozes e, de outro, trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e seus mediadores.

O modelo urbano de vida, concepção hegemônica da sociedade atual, encara o campesinato como residual, ou seja, em processo de extinção. A relação entre cidade e campo é realizada pela dominação da primeira pelo

segundo que representam, respectivamente, o moderno e o atrasado. De acordo com o discurso dominante, o campo precisa se curvar à modernidade e, para isso, se integrar ao mercado. Para Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 31-32):

Precisamos refletir sobre o sentido da inserção do campo no conjunto da sociedade, para quebrar com o fetiche que coloca o camponês como algo à parte, fora do comum, fora da totalidade definida pela representação urbana. Precisamos romper com esta visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado) que gera dominação, e afirmar o caráter mútuo da dependência: um (rural ou urbano; campo ou cidade) não sobrevive sem o outro. A sociedade atual tende a esquecer o que é rejeitado, o que não é dominante. Na sua lógica só sobrevive a versão dos vencedores.

O desafio de se pensar a diversidade, como é a Educação do Campo, não é ressaltar a supremacia do campo sobre a cidade, ou da Educação do Campo sobre a educação característica das escolas urbanas, mas refletir na complementaridade existente entre elas, nas singularidades e particularidades que compõem a totalidade concreta. Defender o território camponês não se trata de considerá-lo superior a outros territórios, mas de compreender e considerar suas características particulares no interior da sociedade global e possibilitar a negação daquilo que não é de interesse das populações do campo que, na maioria das vezes, precisam se subjugam à lógica dominante da sociedade globalizada.

O território camponês abriga os vetores da globalização e, para se enquadrar ao modelo econômico, se submete aos usos e apetites do Estado e das empresas multinacionais. Entretanto, pode representar-se também como território de resistência que refuta as condições precárias nas quais se sobrevive e luta por uma realidade diferente.

Os veios contraditórios inerentes ao modo de produção capitalista abrem espaço para a contestação da exploração e dominação da classe hegemônica sobre a classe subalterna. Os novos componentes da engrenagem capitalista propõem uma reorganização espacial dos territórios, viabilizam novas formas de acumulação e exploração, ao passo que acirram as desigualdades

e, conseqüentemente, possibilitam a ascensão das camadas sociais subalternas na negação da dominação imposta, expressa nas lutas sociais. As lutas pela terra e pela reforma agrária realizadas pelo MST demonstram a contestação popular diante da acumulação e exploração econômica capitalista num país que está em décimo lugar no *ranking* mundial de concentração de renda (FACTBOOK, 2010)⁴. A instabilidade do capital é o caminho para os movimentos sociais que não consentem as relações de opressão do capital. Para Harvey (2005, p. 87), “[...] a paisagem da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões [...] é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem”.

Ao contrário da ordem que se impõe aos espaços em redes marcados pela fluidez, rapidez, alienação e obediência dos atores hegemônicos, podem ser criados espaços banais, ou seja, novas formas de resistência e existência que valorizam o cotidiano e não somente a realidade homogênea que se impõe à sociedade (SANTOS, 2008). Os territórios abrigam desde os pragmatismos hegemônicos até as “contra-racionalidades” (MÉSZÁROS, 2005). A “ordenação espaço-temporal”, que representa a mobilidade do capital no território pela busca de acumulação de capital e poder político, também esbarra em territórios que resistem aos processos acumulativos (HARVEY, 2005). De acordo com Santos (2008, p. 260):

Os espaços, isto é, a mescla de estruturas que os caracterizam, são, a cada momento, mais ou menos infensos, mais ou menos abertos, a influências novas. Há, desse modo, uma receptividade dos lugares, ocupados ou vazios, aos fluxos de modernização ou inovação (SANTOS, 2008, p. 260).

O território camponês expressa uma materialidade inserida nas desigualdades inerentes ao modelo capitalista de produção, e, portanto, com possibilidades de se opor à dominação que lhe é imposta. Como bem analisou Ianni (1982, p. 30) sobre a natureza do capital na obra de Marx:

[...] o capitalismo não é nem estável, nem homogêneo, mas essencialmente desigual

⁴ https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/rawdata_2172.txt

e contraditório; uma forma antagônica de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. É verdade que o capitalismo é um sistema de mercantilização universal das relações, gentes e coisas. Mas isto não significa que ele equalize ou homogeneíze tudo e todos. Ao contrário, o mesmo processo de mercantilização universal cria e desenvolve desigualdades, desequilíbrios e antagonismos.

O desenvolvimento territorial só será efetivo na contramão da hegemonia da sociedade se os povos do campo forem protagonistas dessa mudança. A Educação do Campo significa construir o seu próprio pensamento diante do cotidiano que representa sua vida e realidade. O campo, enquanto território de resistência e vida, fundamenta a construção da sua educação, expressão da luta dos camponeses pela construção de um projeto de campo digno e que considere as diferencialidades deste.

A Educação do Campo, prioridade histórica e política do MST, realiza a formação dos sem terra com funções intelectuais que não incorporem uma educação vinda de fora, mas que estes se tornem “sujeitos de sua própria pedagogia” (CALDART, 2004, p. 312). Questionam-se a educação oferecida às populações do campo, a precariedade dos transportes e dos salários, professores leigos e sem preparo para atuar no meio rural, materiais didáticos e pedagógicos fora da realidade, entre outras questões. A escola localizada no campo e tratada de forma residual é adaptada à escola urbana.

Desde 1997, com o *Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA*, e depois em 1998, com a *I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*, foi quebrado o silenciamento do campo em relação à negação ao direito à educação digna para as populações desse espaço. Desencadeou-se um novo olhar para o campo. Nos territórios conquistados e, ainda, em processo de conquista pelos sem terra são discutidas a importância da educação e a luta por uma escola diferente da oferecida ou imposta até então.

A aprovação das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo*, em 2001, representou um passo importante na luta pela Educação do Campo no interior da complementaridade entre campo e cidade. Para Fernandes (2004, p. 136): “A aprovação das

Diretrizes representa um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano”. O autor ressalta que o campo não é somente o lugar da produção agrícola, mas o espaço de inúmeras populações, e, portanto, de vida e, sobretudo, de educação (FERNANDES, 2004).

Nas referidas *Diretrizes* (BRASIL, 2001), pode-se verificar um olhar diferente para a Educação do Campo do que até então era colocado pela legislação que tratava da educação rural. Uma vitória pode ser aclamada pela luta popular em conseguir levar o modelo de educação que contribua com o desenvolvimento do campo para a legislação brasileira. Lê-se no parágrafo único do artigo 2º:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001).

A intencionalidade no processo de formação que está no próprio caráter do MST, além da luta pelo cumprimento de sua tarefa histórica, entendido como a produção de alimentos nos latifúndios improdutivos e a busca pela formação de seres humanos que entendam e contestem práticas sociais impostas pela sociedade vigente, começam a ser traduzidas na legislação brasileira e representam um trunfo para as populações do campo. A Educação do Campo ganha novos contornos e dimensões e representa importante grito em meio ao esquecimento sofrido pelo campo. Para Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 12-13):

A Educação do Campo traz, então, uma grande lição e um grande desafio para o pensamento educacional: entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos, culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade.

Entretanto, é importante não perder de vista que o Estado viabiliza a construção da educação básica do campo, por meio das legislações, mas são os próprios sujeitos que devem construir o conhecimento com base em sua realidade e vivência. Como analisaram Fernandes e Molina (2005, p. 9): “Esse projeto não deverá ser criado pelo Estado, mas sim pelos grupos sociais interessados. Para que possam construir e ter controle sobre os conhecimentos e do desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos distintos territórios”. O Estado tem papel fundamental para garantir a realização das propostas, mas a sociedade deve estar atenta a todo este processo.

A construção e aprovação das diretrizes representam a demarcação de um território teórico, é a tentativa de defender, a partir de sua realidade, seu espaço de vivência. Busca-se pensar a Educação do Campo a partir do campo, e não da cidade, como tem sido feito. No documento síntese da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (1999), tem-se uma diferenciação importante dentro da educação que expressa a demarcação do território camponês. É realizada uma diferenciação entre educação *no* campo e educação *do* campo. A primeira representa a educação urbana adaptada ao campo, ou seja, uma educação sem vínculo com a realidade camponesa. Já a segunda representa uma pedagogia ligada às próprias experiências de vivência do campo. No Documento Síntese pode ser lido:

Quando dizemos Educação básica do campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que não apenas esteja *no* campo mas que, sendo *do* campo, seja uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos sociais do *movimento do campo* (ARROYO e FERNANDES, 1999, p. 59).

Uma Educação do Campo vinculada à História e sua vivência está no próprio caráter pedagógico do MST. A prática educacional do movimento social não se fundamenta estritamente nas relações pedagógicas (educador e educando), mas na própria dinâmica social, na qual cabe ressaltar a reciprocidade entre as práticas

educativas e a dinâmica da sociedade. Além do conhecimento sistemático representado pela educação formal, existe o aprendizado presente nas próprias lutas do Movimento, por meio da ocupação da terra, reuniões, manifestações públicas, vida nos acampamentos, enfrentamentos, entre outros. O trabalho é, também, um princípio educativo (GRAMSCI, 1985). É de extrema importância a sintonia entre a escola e as mudanças do território local, pois as novas necessidades geram as bases para a formação profissional de acordo com o modo de vida e o trabalho em constante transformação.

É nesse sentido que o MST, por meio da Educação do Campo e da valorização no cotidiano, atua na construção de “contraracionalidades” dos lugares e dos territórios (MÉSZÁROS, 2005). Por meio das manifestações, tem-se a contraface do pragmatismo envolvido por um denso sistema ideológico. O Movimento tornou-se uma organização popular que luta pela conquista de territórios e sua contínua transformação. São os sujeitos inseridos nas disputas territoriais que constroem novas realidades por meio de sua intencionalidade.

É a compreensão do processo excludente que dá vida à resistência dos territórios. De acordo com as análises de Santos (2006, p. 15): “Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche”. No território paranaense a luta do MST desde a década de 1980 rendeu importantes conquistas que demarcar a resistência do Movimento. Hoje, o Paraná conta com 285 assentamentos, com aproximadamente 19 mil pessoas assentadas e 61 acampamentos, com aproximadamente 6.200 pessoas acampadas.

As conquistas do MST na Educação do Campo são expressas materialmente pelas escolas de ensino fundamental, médio, EJA, ensino técnico e superior espalhados pelos diversos territórios de resistência do Movimento. O Paraná é um estado modelo na luta pela Educação, de acordo com dados do Setor de Educação-PR (2011), a Educação do Campo está organizada da seguinte forma: 96 Escolas Municipais, 21 Colégios Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, 10 Escolas Itinerantes, 4 Centros Educacionais de Agroecologia, 2 Casas Familiares com as Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio com ênfase em Técnico

Agropecuário. A educação do campo traduzida nos espaços escolares, no trabalho, na cultura e na vivência dos sem-terra evidencia a resistência dos movimentos sociais na formação de sujeitos da sua própria pedagogia. São representações materiais e teóricas do poder do movimento social contra a exploração do trabalho e das mentes do trabalhador rural.

Nos mapas apresentados em anexo pode-se visualizar as conquistas educacionais efetivadas no Paraná espacializadas em seu território. São apresentados quatro mapas: Mapa 1 – Centros de Agroecologia e Casas Familiares: mostra os Centros de Agroecologia localizados nos municípios de Maringá, Rio Bonito do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Lapa, e as Casas Familiares nos municípios de Sapopema e Querência do Norte. Mapa 2 – Escolas Itinerantes: apresenta as Escolas Itinerantes concentradas, sobretudo, nas áreas paranaenses onde se encontram o maior número de famílias acampadas: Cascavel, Jacarezinho, Rio Branco do Ivaí, Ortigueira, Londrina, Paula Freitas, Matelândia, Planaltina do Paraná e Porecatu. Mapa 3 – Colégios da Rede Estadual: são 21 colégios localizados especialmente da região Sudoeste do Paraná, área de luta intensa do MST. Mapa 4 - Colégios Municipais: são 96 escolas concentradas nas mesorregiões paranaenses (Sudoestes, Centro-Sul, Sudeste e Centro-Oriental).

CONCLUSÕES

Os limites do poder das palavras, ou seja, do conhecimento, devem ser reconhecidos frente à lógica econômica dominante da sociedade do capital. Entretanto, o protagonismo das lutas populares prova que é possível questionar e tencionar as engrenagens do modo de produção capitalista e se contrapor aos poderes hegemônicos que tendem a dominar a maior parte dos territórios. A contradição corrente do processo de globalização, característico da sociedade atual, demonstra que é possível fragmentar territórios e ousar pensar novas formas de organização sócio-espacial.

O desafio de se estudar o território, materialidade presente na perspectiva de análise deste trabalho, consiste na busca pela compreensão das modificações realizadas pelas relações e classes sociais. As relações sociais movimentadas pelas conflitualidades e

diferencialidades possuem papel fundamental na produção e reprodução dos territórios, o que denota a relação entre espaço e tempo que constroem a realidade histórica.

O agronegócio e o campesinato representam a diferencialidade principal que tenciona as relações no campo enquanto território. A Educação do Campo está incutida nessa realidade, pois é a partir das contestações realizadas pelos MST, diante dos ditames do agronegócio, que surgiram as demandas pelo conhecimento necessário à população do campo para continuar a luta por um desenvolvimento rural diferente do proposto pela sociedade hegemônica. É nesse sentido que se torna basilar discutir e entender a totalidade econômica, política e social na qual os movimentos sociais e a Educação do Campo estão inseridos, para não se pensar somente no âmbito da localidade e perder de vista as relações globais existentes.

Os avanços na legislação brasileira denotam o crescimento da Educação do Campo no cenário nacional, proveniente das lutas travadas pelo movimento social. O MST mostra-se preocupado com a condição intelectual de sua população e vê no conhecimento um dos caminhos para obedecer e subsistir e, ao mesmo tempo, resistir às investidas da dominação do capital, propondo projetos futuros, o que justifica a epígrafe utilizada no início do texto. A vivência cotidiana das populações camponesas estrutura a construção da Educação do Campo, que, para além da realidade urbana escolar, tem no trabalho e no cotidiano práticas educativas de grande importância.

A espacialização da Educação do Campo no Paraná deixa clara a proporção de atuação da luta social do MST. A distribuição das modalidades da Educação do Campo entre as mesorregiões e os municípios paranaenses evidencia os braços da luta camponesa que tem dimensão da importância da formação educativa de seus sujeitos. Os mapas mostram os municípios que abrigam escola dentro dos assentamentos e acampamentos que subsiste à ordem do capital e expressam a possibilidade de construção de novas realidades para além da exploração de uma classe sobre outra.

Diante de um mundo confusamente percebido, em meio ao aprofundamento dos problemas sociais, é possível visualizar, junto ao movimento social e à Educação do Campo, alternativas dentro da conjuntura imposta pela lógica global. O conhecimento pode ser

apropriado de diversas formas de acordo com as diversas realidades sócio-espaciais, considerando suas singularidades; assim, visualiza-se a Educação do Campo ajudando na recriação do território camponês, não apenas restrito aos assentamentos e acampamentos, mas no interior do campesinato como um todo.

É válido esclarecer novamente que a prática educativa não é aqui entendida como a solução para os problemas da sociedade burguesa em vigência, mas como instrumento de luta que objetiva desvendar, pela raiz, o caráter alienante do discurso hegemônico e construir novas consciências a partir da realidade material que se constitui sob o modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- ARROYO, M. G; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001, da relatora Soares, Edla de Araújo Lira às **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**. Processo 23001000329/2001-55. Brasília – DF, 2001.
- BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CURY, J. M. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.
- FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. [2005]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>>. Acesso em: 06 set. 2010.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia dos territórios**. [2009]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>>. Acesso em: 01 set. 2010.
- FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do Campo**. [2005] Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>>. Acesso em: 06 set. 2010.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. **Dialética e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.
- MÉSZÁRIOS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁRIOS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultura, 2000.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.
- SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

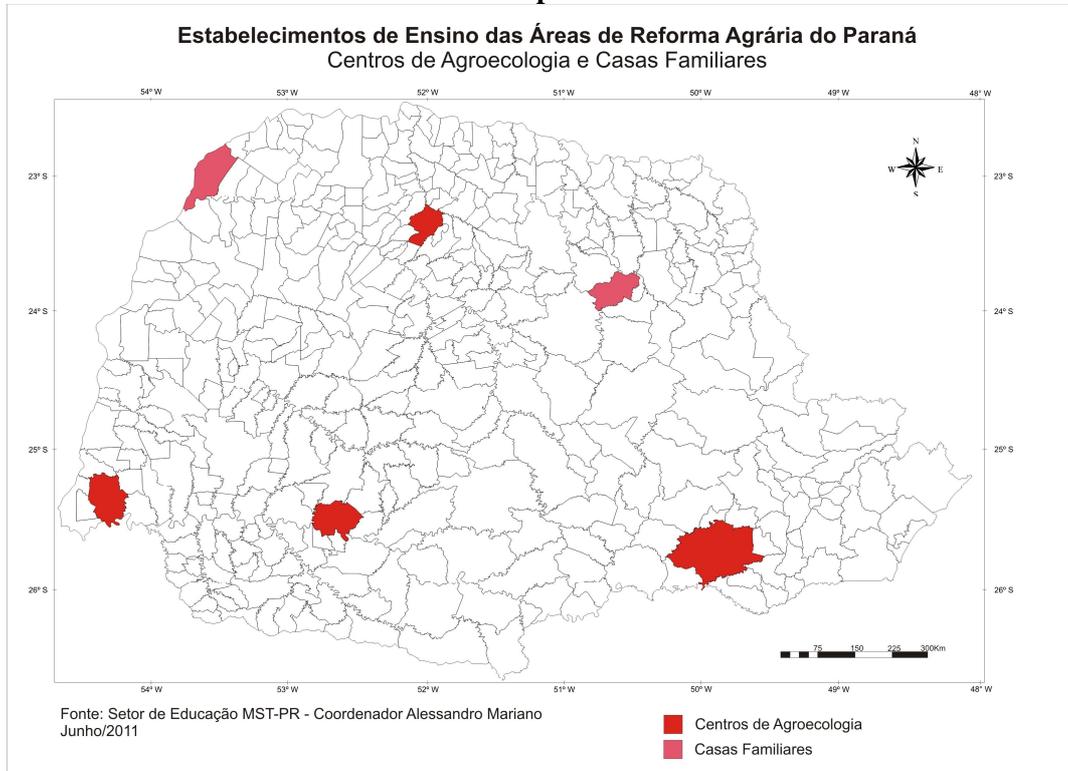
Recebido: 10/08/2010

Aceito: 10/10/2010

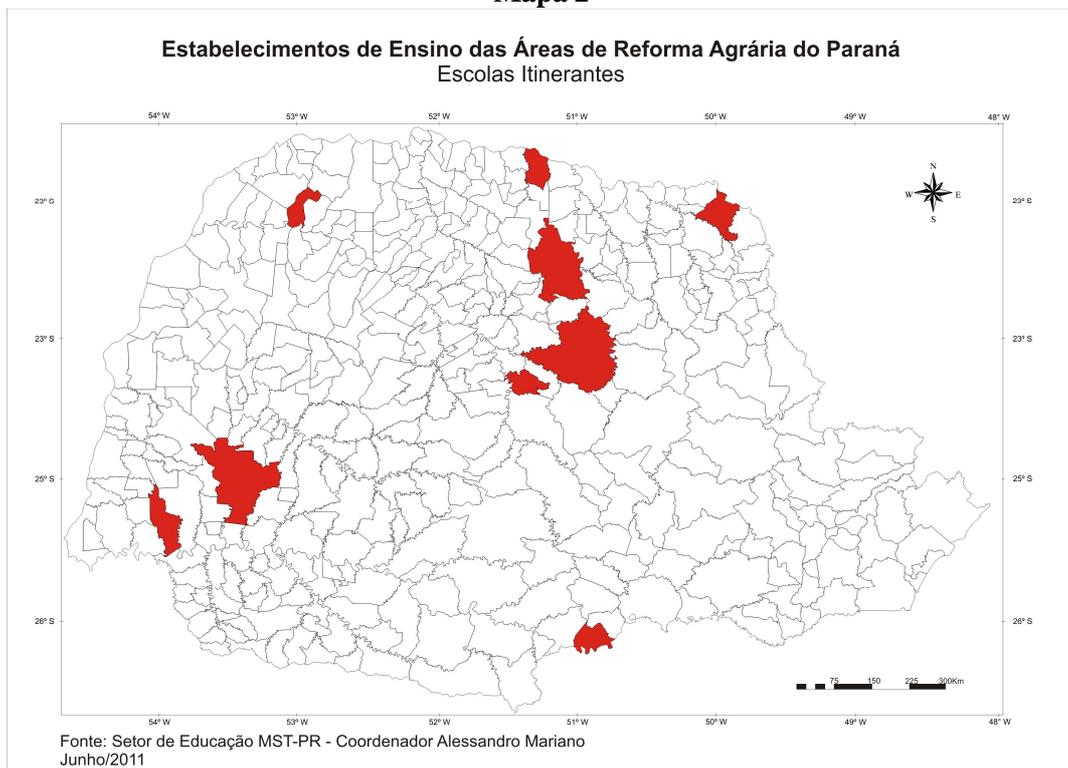
Endereço para correspondência: Maria Aparecida Cecílio: maacecilio@hotmail.com

ANEXOS

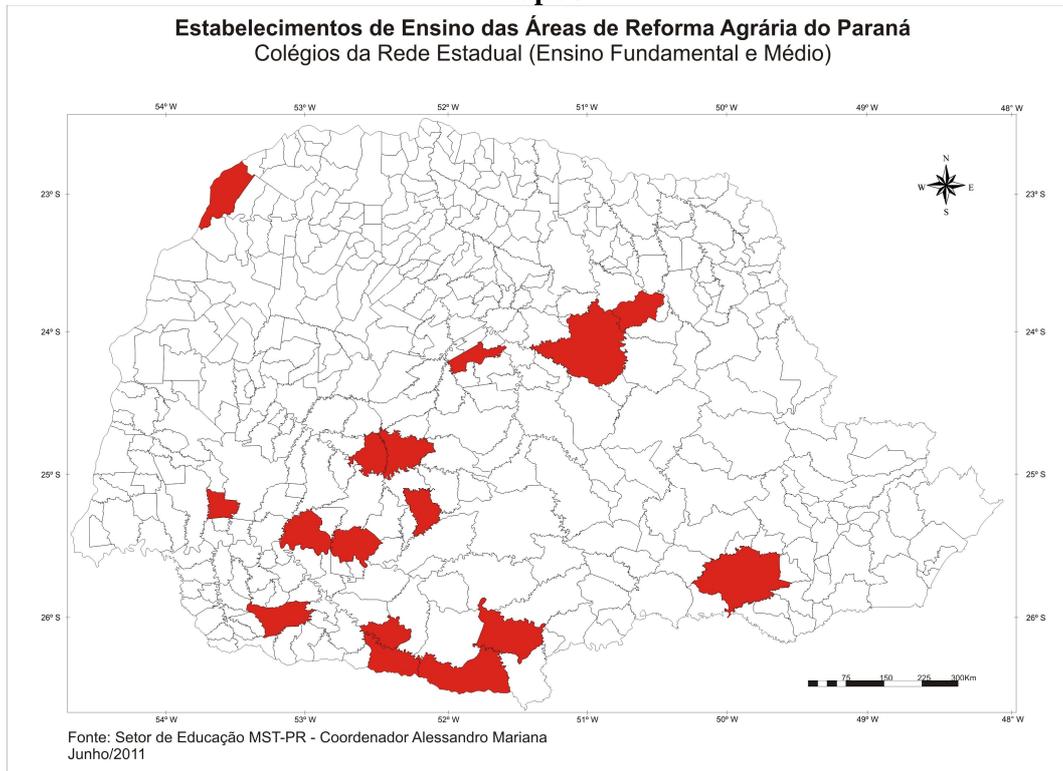
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4

